

EGON BOCKMANN MOREIRA
BETINA TREIGER GRUPENMACHER
RODRIGO LUÍS KANAYAMA
DIOGO ZELAK AGOTTANI

PRECATÓRIOS

O SEU NOVO REGIME JURÍDICO

4ª EDIÇÃO REVISTA, ATUALIZADA E AMPLIADA

*A VISÃO DO DIREITO FINANCEIRO,
INTEGRADA AO DIREITO TRIBUTÁRIO
E AO DIREITO ECONÔMICO*

DE ACORDO COM AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS
113/2021 E 114/2021.

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado, Gabriel Yeoshuah Moreira e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes,

Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: Brenno Stolagli Teixeira

Adaptação de capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

Maurício Alves Monte

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Precatórios : o seu novo regime jurídico: a visão do Direito Financeiro, integrada ao Direito Tributário e ao Direito Econômico / Egon Bockmann Moreira... [et al.]. -- 4. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Outros autores: Betina Treiger Grupenmacher, Rodrigo Luís Kanayama, Diogo Zelak Agottani

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-095-3

1. Direito econômico 2. Direito financeiro 3. Direito tributário 4. Precatório - Brasil 5. Regime jurídico I. Moreira, Egon Bockmann. II. Grupenmacher, Betina Treiger. III. Kanayama, Rodrigo Luís. IV. Agottani, Diogo Zelak.

22-107385

CDU-34:336

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito financeiro 34:336

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-5/9427

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	5
INTRODUÇÃO	11
1. O REGIME JURÍDICO DOS PRECATÓRIOS: SUA RAZÃO DE SER	17
1.1. O porquê do regime jurídico de pagamentos mediante precatórios	17
1.2. A origem e evolução histórica do regime de precatórios.....	21
1.3. A constitucionalização do regime de precatórios	26
1.4. Os precatórios na Constituição de 1988: sucessivas mutações.....	32
1.5. A moldagem do regime de precatórios	42
2. O REGIME JURÍDICO DO PRECATÓRIO: SEUS LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS	45
2.1. A necessidade de limites ao pagamento mediante precatórios.....	45
2.2. Os limites de ordem objetiva.....	47
2.3. Limites de ordem subjetiva.....	50
2.4. A “Fazenda Pública” e as “entidades de direito público” sujeitas ao regime jurídico dos precatórios	52
2.4.1. O conceito normativo de “Fazenda Pública”	52
2.4.2. O conceito normativo de “entidades de direito público”	61
2.5. As empresas estatais e o regime dos precatórios	65
2.6. As empresas estatais, o regime dos precatórios e o entendimento do STF.....	71
2.7. Os conselhos de fiscalização profissional e o regime de precatórios.....	78
3. O PAGAMENTO DOS PRECATÓRIOS.....	81
3.1. O procedimento de pagamento de precatórios.....	81
3.2. Da execução e do cumprimento de sentença.....	82
3.2.1. A previsão do CPC/73	82
3.2.2. A previsão no CPC	84

3.3.	Processo de pagamento das dívidas judiciais da Fazenda Pública.....	84
3.3.1.	Cumprimento de sentença.....	85
3.3.2.	Execução de título extrajudicial.....	89
3.4.	O ofício-precatório (ou precatório).....	90
3.5.	O momento de apresentação	94
3.6.	A atualização monetária	96
3.7.	Os juros de mora	102
3.8.	Comentários sobre o art. 3º da EC 113	106
3.9.	Apresentação do ofício-precatório e equívocos nas informações	108
3.10.	O procedimento administrativo depois da expedição de precatórios: recursos.....	110
3.11.	Alteração da natureza do precatório	111
3.12.	Compensação de precatórios	112
3.13.	Recebimento do ofício-precatório pelo presidente do Tribunal	117
3.14.	Sequestro de verba.....	117
3.15.	Intervenção federal e estadual em razão do não pagamento das dívidas judiciais.....	121
3.16.	Honorários advocatícios	123
3.16.1.	Trânsito em julgado e impugnação ao cumprimento de sentença.....	123
3.16.2.	A execução de título extrajudicial.....	126
3.16.3.	Destaque dos honorários.....	127
3.17.	As preferências	131
3.17.1.	Titulares de precatórios alimentícios com 60 anos de idade ou mais, portadores de doença grave e pessoas com deficiência.....	131
3.17.2.	Dos precatórios alimentícios e não alimentícios	134
3.17.3.	Sobre a Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	136
3.18.	Pagamento mediante acordo.....	139
4.	A INADIMPLÊNCIA, CONFLITOS, VIOLAÇÕES LEGAIS	141
4.1.	Os conflitos constitucionais e a extinção do crédito tributário	141
4.2.	As inconstitucionalidades das EC 30 e 62.....	148
4.3.	Novas Emendas, mesmos debates	156
4.4.	A inadimplência e a LRF	160

5. REGIME ESPECIAL E OUTRAS ALTERAÇÕES RECENTES	165
5.1. Reviver a EC 62.....	165
5.2. O regime dos precatórios definido pelas EC 94 e 99.....	166
5.2.1. Alterações no regime ordinário de precatórios.....	167
5.2.2. Observações às normas acrescentadas ao art. 100 da CRFB.....	170
5.2.3. Dívida para pagar dívida	172
5.3. As mudanças promovidas pela EC 109/2021	174
5.4. As alterações promovidas pelas EC 113 e 114.....	176
5.4.1. As inovações no art. 100 da CRFB	177
5.4.2. As demais alterações proporcionadas pelas ECs 113 e 114	179
5.5. Regime especial de pagamento de precatórios	182
5.6. Depósitos judiciais para pagamento de precatórios	187
5.6.1. O regime da Lei Complementar 151/2015 e o uso dos depósitos judiciais	187
5.6.2. O regime das EC 94 e 99 e a utilização dos depósitos judiciais	190
5.7. Cancelamento de precatórios e RPV: a Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
ANEXO I – EMENTAS DOS <i>LEADING CASES</i> DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	203
ANEXO II – PRECATÓRIOS E REPERCUSSÃO GERAL.....	231
ANEXO III – PRECATÓRIOS SEGUNDO OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	249
ANEXO IV – PRECATÓRIOS SEGUNDO O CNJ.....	269
ANEXO V – RESOLUÇÃO CNJ 303, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019 (TEXTO COMPI-LADO).....	279
ANEXO VI – EMENDA CONSTITUCIONAL 94, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016	315
ANEXO VII – EMENDA CONSTITUCIONAL 99, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017	321
ANEXO VIII – EMENDA CONSTITUCIONAL 109, DE 15 DE MARÇO DE 2021	325